



BRINCADEIRAS TRADICIONAIS E EDUCAÇÃO INDÍGENA: REFLEXÕES PARA UMA PEDAGOGIA INCLUSIVA E DECOLONIAL

GT 4: EDUCAÇÃO E POVOS INDÍGENAS

Trabalho completo

Évy SOUZA (Programa de Pós-graduação em Educação/UFR)

evythayne@gmail.com

Resumo

O artigo aborda os desafios históricos enfrentados pela educação indígena no Brasil, que sofreu com o apagamento cultural imposto pela colonização e pelo modelo de educação eurocêntrico. Destaca a importância das brincadeiras tradicionais indígenas, realizadas em contato com a natureza, como formas de preservação cultural. Tais atividades fortalecem a identidade das crianças, integrando-as ao ambiente comunitário e natural. Além disso, o texto defende uma pedagogia crítica e decolonial que respeite a diversidade cultural, alinhada às perspectivas de autores como Paulo Freire, enfatizando a educação como um ato político e essencial para a justiça social e a resistência cultural indígena.

Palavras-chave: Educação Indígena. Preservação Cultural. Pedagogia Decolonial.

1 Introdução

A educação indígena brasileira enfrenta desafios históricos de marginalização e perda de identidade cultural, resultantes do processo de colonização que suprimiu as culturas originárias por valores e práticas eurocêntricas. Este fenômeno não apenas desrespeitou, mas também desestruturou profundamente as sociedades indígenas, impactando negativamente suas formas de vida, crenças e sistemas educacionais tradicionais. A imposição de uma educação padronizada e eurocêntrica nas escolas brasileiras contribuiu significativamente para o apagamento cultural e a desvalorização dos saberes e práticas indígenas.

Neste contexto, as brincadeiras tradicionais indígenas desempenham um papel importante na preservação e transmissão das culturas ancestrais. As atividades lúdicas, muitas vezes realizadas em contato direto com a natureza, não são apenas formas de entretenimento, mas também métodos eficazes de ensino e de reforço das identidades culturais, essas brincadeiras representam uma forma de aprender sobre o mundo ao seu redor, suas tradições, mitos, e conhecimentos ecológicos, ao mesmo tempo em que fortalecem o vínculo com sua comunidade e território.



2 Educação indígena, politicidade e direitos humanos

A educação indígena, segundo Baniwa (2010) se baseia na transmissão de conhecimentos intergeracionais, onde as práticas comunitárias são transmitidas de geração em geração. Ensinar a construir uma cabana, por exemplo, também é educação. Educação esta, que tem seu enfoque cultural na comunidade. A educação existe entre todos, nos mais diversos locais e das mais diversas formas. A educação não ocorre de uma única forma, ela é livre entre as pessoas, que criam para tornar comum ideias, formas de vida, de trabalho, entre outros.

Diante do exposto, temos a politicidade na educação, ao qual interfere no modo de vida das comunidades indígenas, que por diversas vezes promovem leis vampirizadoras. Conforme discorre Freire (2019), a politicidade na educação exige que os professores se posicionem não como transmissores de conhecimento, mas como agentes de transformação social. É necessário que os educadores assumam um posicionamento crítico e ativo, que seja coerente com a natureza de seu papel, atuando de acordo com os princípios da ética, da justiça e democracia estabelecidos pelos representantes do povo e por grupos que lutam pela equidade. A educação é um ato político que se faz a favor de algo ou de alguém, e que portanto, não pode ser neutra; ela é intrinsecamente política.

Freire (2019) aponta que os direitos humanos e a educação libertadora são compreendidos de maneiras diferentes pelos diversos grupos que os referem. Os direitos humanos reconhecem e protegem a dignidade de todos os direitos humanos, independente de raça, sexo, etnia, idioma, nacionalidade ou qualquer outra condição. Eles regem os modos em que os seres humanos vivem em sociedade, e como se relacionam também com o Estado.

Para os grupos que vivem à margem da sociedade ou são até mesmo segregados, como os povos originários, tais direitos humanos visam garantir o direito à terras, a educação indígena, ao respeito às suas organizações sociais a resolver conflitos, dentre muitos outros. Quanto aos grupos dominantes, estes direitos humanos são vistos de forma maleável, como se fossem negociáveis tais direitos. Onde os mesmos tendem a utilizar a educação como ferramenta para manter seu poderio econômico e político.



Neste contexto, Libâneo (2022), discute os desafios da educação para as classes marginalizadas, na atualidade, que tem a necessidade de uma reformulação pedagógica para que consiga atender às diferenças sociais e culturais que existem, visto que a escola tem dificuldade em promover uma educação que vá além de um simples repasse de conhecimento. O conhecimento deve ser um instrumento de emancipação, não apenas de transmissão, destacando a importância de uma abordagem pedagógica crítica que envolva os alunos como sujeitos ativos no processo educacional.

Parto da afirmação de que não há educação que não esteja imersa nos processos culturais do contexto em que se situa. Nesse sentido não é possível conceber uma experiência pedagógica “desculturalizada”, isto é, desvinculada totalmente das questões culturais da sociedade. Existe uma relação intrínseca entre educação e cultura(s). Estes universos estão profundamente entrelaçados e não podem ser analisados a não ser a partir da sua íntima articulação. (Candau, 2008, p.13)

Para Libâneo (2022) e Candau (2008) a educação crítica deve ir além da simples assimilação de conteúdo, visto que, é necessário contextualizar o processo educacional dentro das condições sociais, econômicas e culturais dos estudantes, criticando o modelo escolar eurocêntrico que está empregado neste país, que busca a padronização da educação e desconsidera as multiculturas presentes nas salas de aula.

A escola tem sido um local de reforço ao apagamento cultural, de silenciamento, porque é através desta que os detentores de poder usam os mecanismos de repressão. Usando-se dos próprios direitos humanos para manter os grupos originários a margem, oferecem aos indígenas escolas de alvenaria, um ensino que seja o mais distante possível da natureza, que não tenha professores que falam sua língua materna. Em suma oferece-se um desserviço, o qual não atende a comunidade em sua necessidade mais básica, que é a comunicação

A escola, segundo Lanuti (2022), deve reconhecer todas as culturas como dignas de atenção, visto que, a inclusão escolar vai além da presença dos alunos em sala. Para uma escola ser inclusiva, é preciso ter compromisso com a imprevisibilidade e a liberdade na prática pedagógica, estando aberto às diferentes formas de expressão e às múltiplas identidades culturais que compõem a comunidade escolar.

A percepção da diferença pode influenciar a educação, que segundo Bianchetti (2002), as múltiplas maneiras de olhar e ser olhado são pilares fundamentais na compreensão da diferença, como ela é percebida e tratada no contexto educacional. Bianchetti argumenta que a forma como o Estado, os educadores e os alunos se percebem mutuamente pode impactar



significativamente o processo de ensino-aprendizagem, bem como na garantia dos direitos humanos.

Reconhecer e valorizar a diversidade é essencial para promover uma educação inclusiva. Os diferentes olhares dentro do ambiente escolar podem tanto reforçar preconceitos, mas também podem abrir caminhos para a inclusão. As percepções de diferença, quando baseadas em estereótipos e preconceitos, podem criar barreiras para a participação de estudantes que pertencem a grupos minoritários ou marginalizados. Por outro lado, um olhar que acolhe e valoriza as múltiplas culturas pode transformar a escola em um espaço de respeito, onde todas as vozes serão ouvidas e todas as identidades reconhecidas.

Quando alunos de diferentes origens culturais, sociais ou econômicas são vistos através de lentes preconceituosas, leva-se à baixas expectativas e a uma educação de qualidade inferior para esses estudantes. É de suma importância que os educadores desenvolvam uma consciência crítica sobre seus próprios olhares e percepções, e esta transformação é um processo contínuo que envolve reflexão e ação, onde o mesmo trabalhará para promover uma pedagogia que respeita a diversidade e apoie o desenvolvimento de todos os alunos.

Para as crianças *Boe* ser reconhecidas e valorizadas em suas práticas culturais diárias, como as brincadeiras na natureza, é fundamental para sua identidade cultural. De acordo com Grutis (2013), as crianças gostam de brincar, de se relacionar com a natureza, porque é o local onde elas podem explorar seus aspectos físicos e emocionais, onde desenvolvem experiências, aprendem a nadar, a caçar, a plantar, dentre muitas outras coisas, que permeiam a fantasia e são férteis à criança.

Tiriba e Guimarães (2023), apontam que práticas educativas inspiradas nas culturas indígenas promovem um sentido de pertencimento e liberdade para as crianças, conectando-as profundamente com seu ambiente natural e comunitário. A pedagogia nativa, fundamentada nas práticas tradicionais das comunidades indígenas, oferece uma alternativa valiosa às abordagens educacionais convencionais. Eles enfatizam que essas práticas, centradas no cuidado, liberdade e pertencimento, não apenas enriquecem a experiência educativa das crianças, mas também contribuem para a revitalização das culturas indígenas.

Ao integrar brincadeiras e atividades na natureza, valoriza-se o conhecimento ecológico ancestral e fortalece a identidade das crianças indígenas. Desta forma, Tiriba e Profice (2023),



abordam a necessidade de libertar as infâncias das limitações impostas pelas práticas educacionais coloniais. É importante, aos docentes que atuam nas comunidades indígenas, adotar uma abordagem decolonial, que reconhece e valoriza os saberes indígenas, e que promova a reconexão das crianças com a natureza. Essa perspectiva é essencial para combater os efeitos devastadores da colonização, que historicamente desvalorizou e marginalizou as culturas indígenas, forçando-as a adotar práticas e valores eurocêntricos.

Tiriba e Profice (2023) discutem sobre o desemparedar das crianças, nas restrições físicas e verbais impostas pela educação formal, onde a mesma pode abrir caminho para uma pedagogia que realmente valorize a vida e a natureza. Permitindo que as crianças interajam livremente com o ambiente natural, a educação se torna um espaço de resistência e de reafirmação cultural. Isso é especialmente importante para as comunidades indígenas, que têm enfrentado a perda de suas terras, recursos e identidades devido aos impactos contínuos da colonização.

Assim, ao incorporar as visões dos autores acima, é possível perceber que diferentes áreas de pesquisa se conversam, e abrem caminhos para uma abordagem educativa que valoriza as práticas culturais indígenas. Servindo como uma forma de resistência ao colonialismo e de reafirmação da identidade cultural. As crianças *Boe*, não reconhecem a natureza como um simples espaço de brincar, é o local onde elas aprendem e crescem, é o local onde ocorre a sua educação. Porque a educação se dá em todo lugar, desde que, seja em um ambiente que respeite e valorize suas tradições, promovendo um sentido profundo de pertencimento e autoestima.

Neste cenário que se destaca a importância de uma pedagogia que não só reconheça, mas que também valorize e incorpore essas práticas culturais no currículo escolar. Ao respeitar e promover as brincadeiras tradicionais, a educação pode se tornar um poderoso instrumento de reafirmação cultural e de resistência ao apagamento cultural, ajudando as comunidades indígenas a preservar e fortalecer suas identidades, em um mundo que está em constante transformação.

3 Considerações Finais

À constatação da relação das crianças Bororo com a natureza através de suas brincadeiras tradicionais revela a importância de uma educação que respeite, valorize e dá a

liberdade às culturas indígenas. A inclusão dessas práticas no currículo escolar não só fortalece a identidade cultural das crianças, mas também combate a marginalização e promove uma educação mais justa. As perspectivas trazidas por Freire, Libâneo, Lanuti, Arroyo, Candau, Bianchetti, Tiriba, Guimarães, e Profice oferecem uma base teórica sólida para a implementação de uma pedagogia verdadeiramente inclusiva e decolonial.

Para Freire (2019), a verdadeira educação libertadora é aquela que promove a conscientização, permitindo que os indivíduos compreendam suas realidades e se engajem na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. A educação deve, portanto, ser um processo dialógico e participativo, no qual os alunos são incentivados a questionar, criticar e agir sobre o mundo ao seu redor.

Na perspectiva de Libâneo (2022) as brincadeiras tradicionais *Boe*, que envolvem a interação direta com a natureza, são um exemplo prático de como os conhecimentos culturais podem ser preservados e transmitidos às novas gerações, resistindo à marginalização imposta pela educação tradicional ocidental. Lembrando que é necessário uma pedagogia com conscientização crítica, permitindo que as crianças indígenas compreendam e valorizem suas raízes culturais, o que é fundamental para sua autoafirmação.

Lanuti (2022) dá destaque às práticas educativas que sejam flexíveis e adaptáveis, permitindo que a imprevisibilidade e a liberdade guiem o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o em um processo dinâmico, ao qual permitirá aos alunos reconhecer e integrar as diversas culturas presentes na sala de aula. Para o autor, o reconhecimento de todas as culturas como dignas de atenção é um passo essencial para a construção de uma escola inclusiva e justa. Ele defende que a inclusão cultural deve ser uma prioridade nas práticas pedagógicas, para garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de participar plenamente da vida escolar. Valorizando a diversidade cultural, a escola não apenas promove a justiça social, mas também enriquece a experiência educativa de todos os seus membros, preparando-os para viver e trabalhar em um mundo cada vez mais multicultural. Essa inclusão é vital para a educação indígena, garantindo que as práticas culturais, como as brincadeiras tradicionais Bororo, sejam respeitadas e integradas no currículo escolar.

Por fim Bianchetti (2002), enfatiza a necessidade de práticas pedagógicas que não apenas reconheçam a diferença, mas que também a utilizem como um recurso pedagógico precioso, trazendo à tona a criação de currículos inclusivos que reflitam a diversidade cultural e social



dos alunos, bem como a implementação de estratégias de ensino que sejam responsivas às necessidades de todos os estudantes. Em última análise, o autor afirma que uma educação verdadeiramente inclusiva só pode ser alcançada quando as múltiplas maneiras de olhar e ser olhado são reconhecidas e valorizadas, contribuindo para uma sociedade mais justa.

Por fim ressalto que a escola precisa ser um espaço de luta contra as desigualdades, que promova a equidade, e isso envolve não apenas mudanças nas práticas pedagógicas, mas também a implementação de políticas educacionais que garantam recursos e oportunidades iguais para todos os estudantes.

Referências

ARROYO, Miguel G. Reafirmação das lutas pela educação em uma sociedade desigual? Educ. Soc., v. 39, n. 145, p. 1098-1117, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/jZgN9bxbKPr8m5SKrNCOQr5f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 abr. 2024.

BANIWA, Gersem. Educação escolar indígena: estado e movimentos sociais. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 19, n. 33, p. 35-49, 2010.

BIANCHETTI, Lucídio. Um olhar sobre a diferença: as múltiplas maneiras de olhar e ser olhado e suas decorrências. Revista Brasileira de Educação Especial, v.8, n.1, 2002. Disponível em: Um olhar sobre a diferença: as múltiplas maneiras de olhar e ser olhado e suas decorrências (fcc.org.br).

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas, v. 2, p. 13-37, 2008.

FREIRE, Paulo. Direitos humanos e educação libertadora. São Paulo. Editora Paz e Terra, 2019.

GRUBITS, Sonia. DESENHOS E BRINCADEIRAS de crianças indígenas. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 5, n. 10, 2013.

LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. A consideração da imprevisibilidade e da liberdade na construção de uma escola inclusiva. RIAEE – **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara**, v. 17, n. esp. 2, p. 1189-1203, jun. 2022. Disponível em: A consideração da imprevisibilidade e da liberdade na construção de uma escola inclusiva - Dialnet (unirioja.es).

LIBÂNIO, José C. Pedagogia e Modernidade: presente e futuro da escola.

In: _____ . Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 2022. E-book. ISBN 9786555553062. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555553062/>. Acesso em: 20 abr. 2024.



SemiEdu 2024

FORMAÇÃO DE PROFESSORES
EM FOCO: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS

MARTINS, J.; BOEMER, M.R.; FERRAZ, CA. **A fenomenologia como alternativa metodológica para pesquisa: algumas considerações.** *Rev. Esc. Enf. USP*, São Paulo, 24(1):139-147, abr. 1990.

TIRIBA, Lea; GUIMARÃES, Mauro. Infâncias, cuidado, liberdade, pertencimento: inspirações indígenas para uma pedagogia nativa. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental/ Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental-FURGv.* 40, n. 2, p. 230-249, mai./ago. 2023. E-ISSN:1517-1256.

<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/15538/10265>. Acesso: 25 abr. 2024

TIRIBA, Lea; PROFICE, Christiana Cabicieri. Desemparedar infâncias: contracolonialidades para reencontrar a vida. *O Social em Questão.* Rio de Janeiro, v.1, n. 56, Ano XXVI - Mai a Ago, p. 89-112, 2023. DOI: 10.17771/PUCRio.OSQ.62303/ ISSN: 2238-9091. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_OSQ.php?strSecao=Atual>. Acesso em: 27 abr. 2024.

Realização

